



Comitê de Priorização do Primeiro Grau
Ata de Reunião Ordinária

Data: 05/05/2017

Local: Sala 506-B (prédio-sede)

Presenças:

Membros titulares: Juízes do Trabalho **Raquel Hochmann de Freitas** e **Tiago Mallmann Sulzbach** e o servidor **Ruy Bittencourt de Almeida Neto**

Membros suplentes: Juízes do Trabalho **Clocemar Lemes Silva** e **Ana Julia Fazenda Nunes** e o servidor **Luiz Eduardo de Freitas**

Representante AMATRA IV: Juíza do Trabalho **Carolina Hostyn Gralha Beck**

Representante SINTRAJUFE-RS: Cristiano Bernardino Moreira

Secretária: Tatiana Duarte Pina (AGE)

Hora de início: 14h

Hora de término: 15h

Aos cinco dias do mês de maio do ano de 2017, às 14 horas, na sala 506-B do prédio-sede do TRT4, ocorreu reunião ordinária do Comitê de Priorização do Primeiro Grau, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi conduzida pelo Exmo. Juiz Auxiliar da Corregedoria, Clocemar Lemes Silva, conforme registro a seguir: inicialmente, foi informado aos presentes os encaminhamentos dados às demandas da reunião anterior: a resposta da SETIC à consulta sobre a destinação de notebooks e o envio da sugestão de aprimoramento dos formulários/critérios de avaliação de desempenho à SEGESP (sem retorno até esta reunião). Em relação à participação do Comitê na construção da proposta orçamentária do ano que vem, foi prestada a informação inicial recebida da Coordenadoria de Orçamento e Finanças de que a proposta prévia está sendo encaminhada ao CSJT nesta data, que a devolve com os limites impostos. A proposta final fica pronta em meados do mês de agosto. O Dr. Clocemar propôs convidar a Diretora-Geral para a próxima

reunião, a fim de que preste esclarecimentos sobre o orçamento do Tribunal. Ruy manifestou que o Comitê não tem cumprido o seu papel em relação à construção da proposta orçamentária do primeiro grau. **Após debates, o Comitê deliberou, por unanimidade, pela requisição de cópia da proposta prévia, enviada ao CSJT nesta data, bem como seja consultado o setor competente a fim de que esclareça se ainda é possível o Comitê opinar na proposta de orçamento para o ano que vem e, em caso positivo, qual o prazo para tanto.** Dependendo da resposta, o Comitê poderá agendar uma reunião extraordinária antes da agendada para o dia 02 de Junho. **De qualquer sorte, fica deliberado o convite à Diretora-Geral para prestar informações sobre o orçamento, em uma das duas reuniões.** Dando seguimento à reunião, a Dra. Raquel requereu a retomada da discussão sobre a sugestão de alteração nos formulários de avaliação de desempenho dos servidores, sugerindo que sejam esmiuçadas à SEGESP as alterações, ou pelo menos, a linha de mudanças que devem ser realizadas nos critérios. **O Comitê, por unanimidade, aprova o encaminhamento.** Em relação ao tema da saúde de magistrados e servidores, Ruy informou que a apresentação do resultado da pesquisa realizada pelo SINTRAJUFE-RS está prevista para a segunda quinzena do mês de maio e acredita que os dados estarão disponíveis para a próxima reunião ordinária. O próximo item de pauta foi a proposta de redução do horário de atendimento externo. Conforme deliberado na última reunião, SINTRAJUFE-RS e CODITRA informaram que consultaram os seus representados e a concordância com a redução do horário é unânime. Os representantes da AMATRA IV presentes à reunião informaram que a posição da Diretoria da Associação também é favorável à redução. **O Dr. Clocezar requereu que as entidades formalizem o seu posicionamento por escrito e o encaminhem ao Comitê para subsidiar a construção da proposta para posterior apresentação à Administração do Tribunal.** Luiz Eduardo requereu, a partir das manifestações favoráveis das entidades, que seja agendada reunião com a Presidente, para que o Comitê debata a proposta com

a Administração do Tribunal. **A sugestão foi aprovada por unanimidade. A Assessoria de Gestão Estratégica solicitará o agendamento da reunião.** Ao final da reunião, a Dra. Ana Julia questionou sobre os desdobramentos da sua sugestão de inclusão de regra nos próximos concursos que permita ao servidor técnico judiciário aprovado para o cargo de analista judiciário permaneça na sua lotação atual, evitando, assim, a necessidade de treinamento de novo servidor, sobretudo quando é o caso de assistentes de juízes, que demandam um treinamento mais aprofundado. Os integrantes informaram que o assunto foi debatido na reunião anterior, chegando-se ao consenso de que a implementação da regra possui obstáculos, como por exemplo, o princípio da impessoalidade que rege a Administração Pública. **A Dra. Ana Julia pesquisará o regramento em outros Tribunais, para apresentação em reunião futura. A próxima reunião está agendada para o dia 02 de junho, às 14h, na sala 506-B. Eventuais alterações serão previamente informadas.** Reunião encerrada às 15h. Ata redigida pela servidora Tatiana Duarte Pina, Assistente, lotada na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e enviada eletronicamente para validação~~~~~